

Estudo Técnico Preliminar 49/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 01700.0000005367/2024

2. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação baseia-se na premissa de uma sociedade cada vez mais exigente em relação à qualidade dos serviços públicos prestados. Nesse contexto, a inovação e modernização são essenciais para considerar o valor percebido pelos cidadãos a partir das interações sociais, transformando processos que criam, geram e entregam valor público.

2.1. Identificação do Problema

A atual sociedade digital requer meios integrados para a interatividade e a colaboração com os prestadores de serviços. Os canais digitais e presenciais do setor público precisam oferecer mais facilidades e integração entre seus serviços e informações, conforme ocorre entre a sociedade e os prestadores de serviços do setor privado. Os governos devem utilizar intensivamente as plataformas digitais para promover a colaboração e a cooperação entre diversas organizações e plataformas (abertas, próprias e privadas), agregando serviços mais pró-ativos e assertivos à sociedade de forma transparente e integrada. A transformação digital é um mecanismo contínuo que envolve a adoção de novas tecnologias, permitindo à organização inovar continuamente e manter-se à frente na excelência, junto com metodologias para promover a mudança cultural das pessoas envolvidas nos processos, visando alcançar resultados permanentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG-AL)	Pedro Henrique de Souza

4. Necessidades de Negócio

À medida que navegamos pelas complexidades da era digital, torna-se evidente que não há retorno. A maneira como nos envolvemos com os serviços evoluiu irreversivelmente, desde pedir comida até garantir transporte, e até mesmo nos padrões de compra e consumo. Não surpreendentemente, essa transformação se estende às expectativas da população de interação com o governo.

Hoje, mais do que nunca, os cidadãos exigem um governo responsivo e dinâmico que reflita a eficiência e personalização que experimentam em suas vidas cotidianas. Sendo assim, é nossa responsabilidade garantir que as iniciativas de governo digital reflitam esse entendimento. Inclusive essa tendência de perspectiva já pode ser percebida na análise de diversos modelos de Governo Digital reconhecidos, como no caso da Estônia, Coréia do Sul e Singapura descritas abaixo:

- Estônia:
 - Com 99% dos serviços totalmente digitais e amplamente reconhecida como a primeira sociedade digital do mundo, duas das inovações mais significativas da Estônia são o sistema de identidade nacional e o ecossistema de interoperabilidade segura implementado. No caso do sistema de identidade, é utilizado um cartão de identidade que não apenas serve como identificação visual, mas também incorpora um certificado digital. Este certificado permite aos cidadãos acessar uma vasta gama de serviços eletrônicos, desde votação online até consultas médicas e declarações de impostos. A legislação inovadora equipara uma assinatura eletrônica qualificada a uma assinatura manuscrita, carimbo ou selo, obrigando todas as autoridades a reconhecerem e aceitarem assinaturas eletrônicas.

Essa abordagem legislativa e tecnológica tem sido fundamental para a eficiência e transparência do governo digital estoniano.

o Outro pilar fundamental do governo digital da Estônia é a criação do X-Road que estabelece um ecossistema de interoperabilidade segura, permitindo a troca de dados entre diferentes sistemas e instituições de maneira eficiente, descentralizada e protegida. O X-Road garante que todas as informações sejam compartilhadas de forma segura, respeitando a privacidade dos cidadãos e a integridade dos dados. Esta infraestrutura de interoperabilidade segura é essencial para a eficiência e transparência do governo digital estoniano, permitindo que diversos serviços públicos sejam integrados e acessíveis de maneira coesa. Essa abordagem também incentiva o princípio Only-Once, eliminando a necessidade de os cidadãos cadastrarem ou informarem seus dados mais de uma vez às entidades governamentais.

- Coréia do Sul:

o Outra referência mundial em governo digital, conhecida por suas altas taxas de conectividade à internet e por uma infraestrutura digital robusta. O governo sul-coreano tem investido de forma consistente em tecnologias digitais para melhorar a prestação de serviços públicos e aumentar a transparência.

o Uma das principais inovações da Coreia do Sul é a plataforma e-government, que integra diversos serviços governamentais em uma interface unificada e acessível. Esta plataforma permite aos cidadãos realizar uma ampla gama de atividades online, como pagamentos de impostos, solicitações de documentos oficiais e acesso a serviços de saúde. Com essa cultura de inovação e unificação, o governo sul-coreano consegue prever necessidades e melhorar a tomada de decisões políticas. Essa utilização avançada de tecnologia garante que os serviços sejam não apenas eficientes, mas também altamente personalizados para atender às necessidades dos cidadãos de forma assertiva.

- Singapura:

o Líder em governo digital na Ásia e conhecida por suas iniciativas inovadoras que transformaram a interação entre governo e cidadãos, a Singapura é referência em Governo Digital. A agência de Government Technology (GovTech), criada em 2016, é responsável por impulsionar o Digital Government Blueprint (DGB), um plano ambicioso para transformar o setor público nacional.

o Como a Estônia, uma das principais inovações de Singapura é voltado a identificação do cidadão com a SingPass, um sistema de autenticação que permite aos cidadãos acessar uma vasta gama de serviços públicos de maneira integrada e segura. Este sistema inclui desde serviços de saúde e educação até questões de imigração e segurança social.

o Outra inovação destacada é a plataforma digital LifeSG, implementada em 2018, que visa disponibilizar serviços aos cidadãos de forma personalizada e alinhada ao ciclo de vida do indivíduo. A LifeSG oferece acesso a mais de 40 serviços governamentais e permite aos usuários configurar e criar um painel personalizado utilizando o MyInfo para receber as informações necessárias. Além disso, os cidadãos podem navegar por conteúdos recomendados, guias úteis e benefícios governamentais.

o No entanto, além de tecnologias, a Singapura aborda o governo digital com a visão de ser "digital até o núcleo e servir com o coração". Essa abordagem vai além de meramente digitalizar processos existentes, buscando constantemente reimaginar e otimizar a maneira como os serviços são oferecidos. A visão "digital até o núcleo" implica uma reformulação profunda e abrangente de como o governo opera, garantindo que a digitalização permeie todas as camadas e aspectos dos serviços públicos, enquanto "servir com o coração" reflete um compromisso em colocar os cidadãos no centro das iniciativas, garantindo interações mais humanas e empáticas.

Dessa forma, entendemos que Estônia, Coreia do Sul e Singapura são exemplos internacionais de como governos podem transformar a prestação de serviços públicos através da digitalização. Cada um desses países tem utilizado abordagens inovadoras e tecnologias de ponta para melhorar a eficiência, acessibilidade e transparência dos serviços governamentais e, para além disso, ao redefinir a interação entre governo e cidadãos, eles estabelecem padrões elevados para o que um governo digital possa alcançar, servindo como modelos para nações ao redor do mundo.

O Estado de Alagoas, ciente dessa importância de se modernizar e oferecer serviços públicos de maneira eficiente, pró-ativa e integrada, vem avançando significativamente nesse sentido. Isso pode ser demonstrado pela publicação do Decreto Nº 90.296 de 23 de março de 2023, instituindo o Programa Alagoas Mais Digital. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O programa "Alagoas Mais Digital" representa uma iniciativa abrangente do governo estadual de Alagoas para impulsionar a transformação digital em diversos aspectos da administração pública e da interação com os cidadãos. Esse programa visa modernizar e facilitar o acesso aos serviços públicos por meio da tecnologia, promovendo maior eficiência, transparência e qualidade no atendimento ao público.

Uma das principais metas do programa é centralizar e integrar os serviços públicos em uma plataforma digital única,

proporcionando aos cidadãos um ponto de acesso conveniente para realizar suas demandas e obter informações. Isso não apenas simplifica a vida dos cidadãos, reduzindo a necessidade de deslocamentos físicos e burocracia, mas também melhora a eficiência operacional do governo ao eliminar redundâncias e facilitar a troca de informações entre diferentes órgãos.

Além da modernização dos serviços, o "Alagoas Mais Digital" visa promover a inclusão digital, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos benefícios da era digital. Isso inclui iniciativas para capacitar a população no uso de tecnologias digitais e educar sobre os benefícios e os cuidados necessários ao interagir com serviços online.

Outro aspecto importante do programa é a segurança cibernética, assegurando que todas as transações e dados dos cidadãos sejam protegidos de forma robusta contra ameaças digitais. Isso é relevante para manter a confiança dos usuários na plataforma digital do governo e para garantir a integridade das informações pessoais e públicas.

O "Alagoas Mais Digital" representa não apenas um avanço na prestação de serviços públicos, mas também um programa completo de desenvolvimento econômico e social, posicionando o estado de Alagoas como líder na adoção de tecnologias inovadoras para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos e promover um governo mais eficiente e transparente.

Como parte do Programa Alagoas Mais Digital, foi elaborada a Estratégia Digital do Governo de Alagoas para o período de 2023 a 2028, onde foram estabelecidas as seguintes diretrizes norteadoras:

- Simplificar os serviços digitais para o cidadão, mais acessíveis e adaptados às suas preferências.
- Criar uma governança pública baseada em dados e evidências sobre as necessidades dos cidadãos.
- Tornar a transformação digital parte integrante da política pública de modernização e inovação do Governo de Alagoas.
- Habilitar os servidores para um governo mais digital e que entregue mais valor aos alagoanos.

Essas diretrizes demonstram o compromisso do Estado com uma transformação digital centrada nas pessoas. Além disso, a recente Lei Estadual nº 9.272, de 15 de março de 2024, que regulamenta o Governo Digital, estabelece normas gerais para a implantação e funcionamento do governo digital no território de Alagoas. Essa legislação visa promover a transparência, o acesso à informação e a participação cidadã, exigindo que todos os órgãos e entidades da administração pública adotem medidas para implementar suas atividades em conformidade com os princípios e diretrizes da lei, reforçando o caminho que o Estado está traçando e os objetivos que precisam ser alcançados.

Para o Estado de Alagoas, a transformação digital não é um produto ou uma solução, mas sim, um mecanismo contínuo que envolve a maneira como trabalhamos e adotamos novas tecnologias e metodologias de trabalho, fazendo com que a organização nunca deixe de inovar e mantenha-se à frente na excelência. Os principais objetivos da transformação digital abrangem:

- Geração de Valor Público: A transformação digital busca maximizar o valor entregue aos cidadãos através da otimização dos serviços públicos, garantindo que sejam mais eficientes, acessíveis e úteis.
- Melhoria da Experiência do Cidadão: Através da digitalização, a experiência do cidadão nos serviços públicos é significativamente melhorada, oferecendo interações mais rápidas, intuitivas e eficazes.
- Otimização e Transformação dos Processos Administrativos: A reestruturação e automação dos processos internos garantem maior eficiência operacional, redução de custos e eliminação de burocracias desnecessárias.
- Ampliação e Integração de Tecnologias Inovadoras: A adoção de novas tecnologias, como inteligência artificial, big data, e plataformas digitais, permite uma melhor gestão da informação e facilita a tomada de decisões.
- Melhoria do Desempenho e Eficiência Governamental: A transformação digital visa melhorar continuamente o desempenho das funções governamentais, proporcionando maior transparência, responsabilidade e qualidade nos serviços prestados.
- Fortalecimento da Segurança e Privacidade: Implementar tecnologias digitais robustas aumenta a proteção dos dados dos cidadãos, assegurando a privacidade e a integridade das informações sensíveis.
- Colaboração e troca de dados Segura: A transformação digital promove a interoperabilidade segura entre sistemas e plataformas diferentes, garantindo que dados e informações possam ser compartilhados de maneira eficiente e protegida, sem comprometer a segurança e a privacidade dos cidadãos, fomentando a colaboração entre os órgãos do Estado.

5. Necessidades Tecnológicas

A plataforma deve proporcionar:

- Unificação de sistemas
- Possibilidade de economia para o Estado e Cidadão
- Eficiência operacional
- Construção do perfil do cidadão
- Ajuda na tomada de decisões
- Fortalecimento da imagem institucional
- Diminuição de retrabalho
- Apoio ao trabalho em equipe
- Facilidade de uso
- Maior Quantidade de Serviços Digitais Autônomos
- Maior Quantidade de Serviços Pró-ativos
- Economia de Recursos financeiros e humanos
- Melhor Integração entre Órgãos Governamentais
- Atualização e Manutenção Simplificadas
- Maior Satisfação dos Cidadãos

Para isso, foram definidos os seguintes requisitos macro para a Plataforma de Governo Digital:

- Portal Único de Serviços
 - o Um portal único de serviços é essencial para qualquer governo que deseje oferecer uma experiência digital de alta qualidade aos cidadãos. A criação de um portal único de serviços é um passo fundamental para a transformação digital do governo. Este portal permite que os cidadãos acessem todos os serviços governamentais em um único local, de forma rápida e fácil, eliminando a necessidade de navegar por diferentes sites e aplicativos para encontrar os serviços necessários.
- Identidade Digital
 - o Conforme visto nos modelos internacionais analisados, outro requisito importante é a implementação de uma camada de identidade digital, essencial para o uso mais eficaz de uma plataforma de governo digital. Essa camada é responsável por autenticar um perfil personalizado dos usuários, garantindo que apenas pessoas autorizadas tenham acesso aos serviços governamentais que lhe são prestados. Além disso, a certificação digital para permitir assinatura eletrônica torna-se mandatória para aumentar a camada de segurança, com o certificado armazenado no smartphone e/ou computador do cidadão, para maior praticidade. Essa certificação digital visa garantir a identificação segura de empresas, sistemas e servidores públicos, além de outras esferas de governo, reduzindo fraudes e falsificações.
 - o Sendo assim, é necessário que além da autenticação, a Plataforma adquirida consiga possibilitar a implementação de cadeia para fornecimento de certificados digitais pelo Estado ao cidadão.
- Camada de Interoperabilidade Segura
 - o A camada de interoperabilidade segura é fundamental para a modernização dos serviços governamentais. Primeiro, ela permite o compartilhamento seguro de dados entre diferentes órgãos governamentais. Isso é essencial para uma tomada de decisões informada e eficaz, além de contribuir significativamente para a redução de fraudes e erros. A automatização dos processos administrativos também é beneficiada, economizando recursos públicos e garantindo conformidade com normas regulatórias, como a LGPD.
 - o Segundo, a capacidade de integrar plataformas e serviços externos amplia ainda mais o alcance e a funcionalidade dos serviços governamentais, promovendo parcerias mais eficazes e melhorando a prestação de serviços aos cidadãos.
 - o Terceiro, ela melhora significativamente a eficiência operacional ao reduzir a duplicação de esforços tanto do governo quanto dos cidadãos. Isso é alcançado através do princípio de only-once, onde as informações das bases de dados de diversas entidades governamentais são compartilhadas conforme necessário, eliminando a redundância do cidadão fornecer dados cadastrais repetidamente. Essa abordagem além de simplificar a interação dos cidadãos com os serviços públicos, tem o potencial de otimizar os recursos administrativos, promovendo uma governança mais eficiente e integrada.
 - o Consequentemente, será possível oferecer serviços mais proativos e personalizados ao cidadão, pois será possível acompanhar seu ciclo de vida de forma mais integrada e precisa. Isso permite ao governo entender melhor as necessidades individuais dos cidadãos e responder de maneira mais eficaz às suas demandas, melhorando assim a qualidade e a relevância dos serviços prestados.
 - o Em resumo, uma camada de interoperabilidade segura não apenas moderniza os serviços públicos, mas

também fortalece a confiança do público na segurança e na eficiência do governo digital.

- Orquestrador de Microsserviços

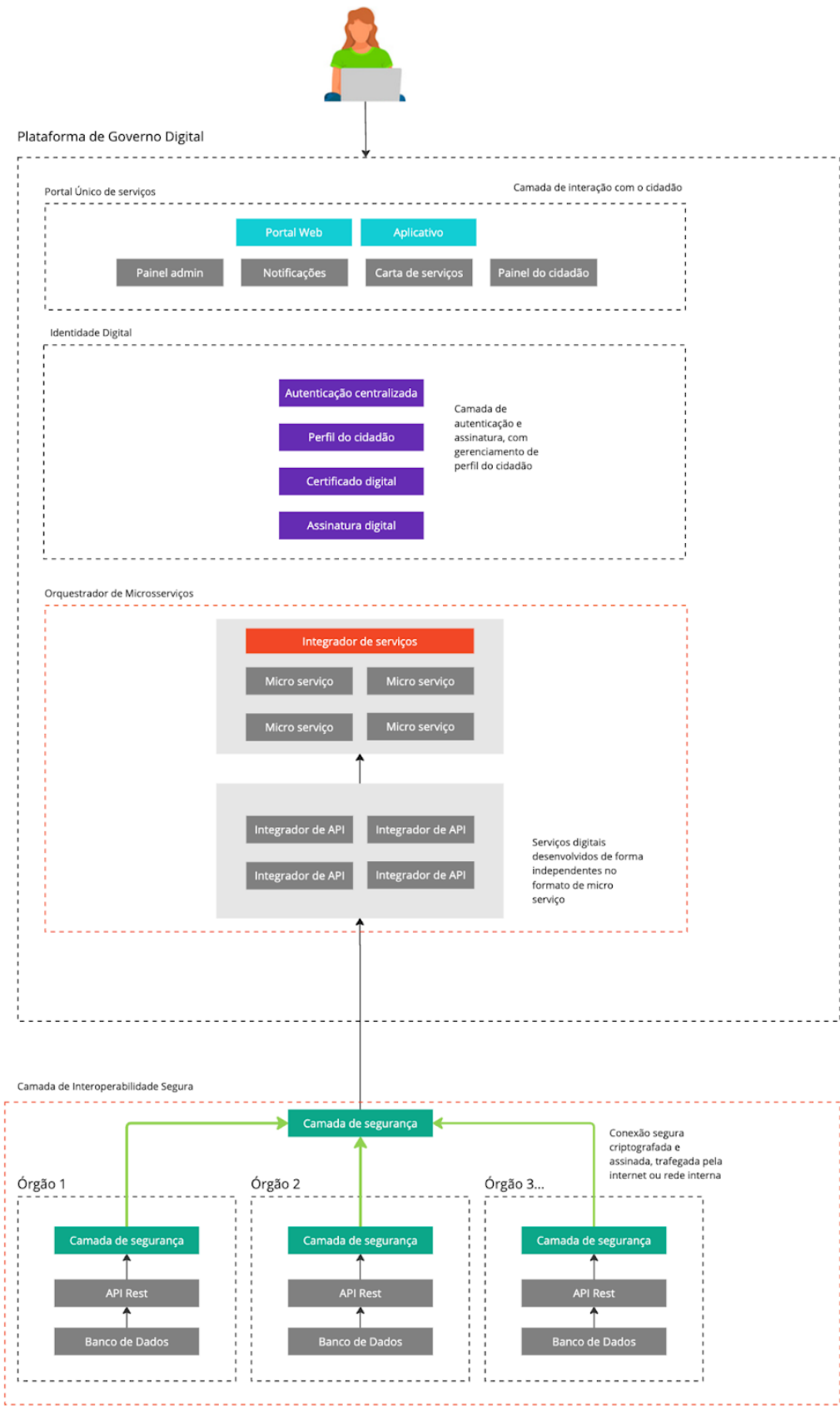
- o Para disponibilizar serviços digitais ao cidadão, identificam-se dois modelos de arquitetura de aplicações: monolítica e de microsserviços. O modelo monolítico, caracterizado por um grande sistema único, não favorece a modularidade, dificultando a manutenção e atualização. Em contrapartida, a arquitetura de microsserviços oferece uma abordagem mais flexível e eficiente.

- o A modularidade inerente aos microsserviços permite que diferentes componentes da aplicação sejam alterados, reparados ou substituídos independentemente, facilitando a manutenção e possibilitando que equipes trabalhem de forma ágil e paralela. No contexto governamental, essa arquitetura facilita a integração de sistemas independentes operados por diferentes secretarias, beneficiando diretamente os cidadãos ao manter a compartimentação das informações sob a tutela das entidades responsáveis.

- o A arquitetura de microsserviços oferece características como diversidade tecnológica, facilidade na adoção de novas tecnologias, isolamento de falhas e descentralização de bancos de dados, conferindo flexibilidade e robustez ao desenvolvimento de sistemas.

- o Deste modo, a Plataforma deverá possuir um orquestrador para que seja feito o gerenciamento desses microsserviços de forma centralizada e deve possuir uma arquitetura em microsserviços permitindo sua escalabilidade e alta disponibilidade.

Considerando esses aspectos, entende-se que a plataforma atenderá aos principais requisitos das legislações pertinentes e às necessidades específicas do Estado. Para ilustrar os componentes, foi elaborado um diagrama simples que abrange os elementos principais da Plataforma de Governo Digital:



6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Considerando este cenário e o Art. 4 inciso IX da Lei 14.129 de 29 de março de 2021, que define Plataformas de Governo Digital como "ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de "serviços e de políticas públicas", a Plataforma de Governo Digital do Estado de Alagoas será o mecanismo integrador para a oferta de serviços públicos digitais em todos os órgãos e entidades da administração pública estadual, seguindo o modelo implementado pelo gov.br desenvolvido a nível federal. A plataforma deve implementar os requisitos estabelecidos nos Arts. 20 a 24 da Lei 14.129 de 29 de março de 2021, e deve estar alinhada aos princípios e diretrizes do art. 3 dessa mesma Lei, além de outros dispositivos relacionados.

A Plataforma também deve seguir outras legislações relevantes, incluindo a Lei n. 13.460/2017, que estabelece a obrigação de publicação da carta de serviços informativos prestados pelo Governo ao cidadão. Além da Lei n. 14.063 /2020 que regulamenta a identificação e assinatura do cidadão para serviços digitais, legalizando e facilitando esse tipo de prestação pelo Estado.

Essas normas federais e estaduais serão adicionadas ao conjunto de diretrizes orientadoras para a elaboração dos requisitos e funcionalidades principais da Plataforma a ser adquirida. Além disso, estão sendo considerados modelos e referências mundiais bem-sucedidos de Governo Digital, uma vez que já vêm sendo implementados há anos, por exemplo os modelos da Estônia, Coréia do Sul e Singapura citados no item 4.

Considerando todos esses fatores, o objetivo é que, além de simplesmente disponibilizar serviços digitais, a Plataforma de Governo Digital crie um ecossistema completo e inovador de Governo Digital. Este ecossistema servirá como um canal único de acesso dos cidadãos aos serviços e informações do Estado, colocando o cidadão no centro da jornada. A plataforma permitirá a construção de perfis individuais dos cidadãos, facilitando a comunicação do governo com os cidadãos e melhorando a elaboração e definição de políticas públicas mais assertivas para os alagoanos.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A contratação se alinha ao planejamento da Superintendência de Governo Digital (SGD), vinculada Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG-AL), conforme os seguintes instrumentos:

7.1. Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

A contratação se alinha ao planejamento da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Planejamento Estratégico, vinculado à política pública de transformação digital. As metas e objetivos estão especificamente delineados nos seguintes programas do PPA:

- Programa 3781 - Governança, Capacidades Digitais e Cibersegurança (BID)

Finalidade: Fortalecer a governança e as capacidades digitais, inclusive em segurança cibernética, e aprimorar a estrutura de governança digital, implementar as estratégias de transformação digital, fortalecer as capacidades digitais dos servidores públicos da SEPLAG, implementar um Centro de Operações de Cibersegurança Digital (SOC) e modernizar o parque tecnológico, avançando com as soluções de nuvem pública.

Produto: Serviço Transformado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física 2024: 11 unidades

Meta Física 2025-2027: 33 unidades

ODS: Parcerias e Meios de Implementação

- Programa 3782 - Serviços Digitais (BID)

Finalidade: Fortalecer a transformação digital de processos administrativos e serviços públicos, aprimorar e automatizar os processos administrativos, incluindo o uso de novas tecnologias como inteligência artificial. Fortalecer a plataforma de serviços públicos digitais e de relacionamento com o cidadão, e apresentar um diagnóstico dos serviços presenciais mais utilizados pelas mulheres, além de um plano de ação para priorizar sua digitalização.

Produto: Serviço Transformado
Unidade de Medida: Unidade
Meta Física 2024: 11 unidades
Meta Física 2025-2027: 33 unidades
ODS: Parcerias e Meios de Implementação

Essas iniciativas destacam a importância atribuída à transformação digital e à modernização dos serviços públicos no Estado de Alagoas, refletindo um compromisso com a eficiência, a transparência e a inclusão digital. A plataforma digital contratada será um componente essencial para atingir essas metas, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população e a eficácia da administração pública estadual.

7.2 Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024

A contratação da plataforma digital contempla diversas contratações previstas no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024, que identifica as necessidades de contratações de bens e serviços para o exercício vigente. Os itens prioritários listados que possuem compatibilidade com a contratação de uma plataforma de serviços digitais no PCA 2024 incluem:

- Licença low-code/no-code: Aquisição de licença para desenvolvimento de soluções digitais com baixo ou nenhum código de programação, promovendo uma administração mais eficiente e adaptável. Unidade: \$125.448,00. (Alta Prioridade)
- Licença de Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD): Aquisição de licença para gestão eficiente da plataforma de serviços digitais, fortalecendo a infraestrutura tecnológica. Unidade: \$107.527,00. (Alta Prioridade)
- Créditos de cloud pública: Aquisição de créditos para utilização de infraestrutura em nuvem pública, permitindo escalabilidade e flexibilidade na gestão de recursos digitais. Unidade: \$849.455,47. (Alta Prioridade)
- Solução de firewalls de próxima geração em nuvem: Aquisição de solução avançada de proteção contra ameaças digitais, fortalecendo a defesa cibernética. Unidade: \$99.019,35. (Alta Prioridade)
- Solução de gestão de informações e eventos de segurança em nuvem: Aquisição de plataforma para centralizar e analisar informações de segurança digital, fortalecendo a capacidade de resposta a ameaças. Unidade: \$78.222,58. (Alta Prioridade)
- Solução de gestão de acessos em nuvem: Aquisição de plataforma para gerenciar e monitorar acessos de usuários a sistemas e dados, fortalecendo a segurança cibernética. Unidade: \$11.129,03. (Alta Prioridade)
- Solução de segurança cibernética (EDR) em nuvem: Aquisição de plataforma para detectar e responder a atividades maliciosas em endpoints, reforçando a segurança digital. Unidade: \$12.048,39. (Alta Prioridade)
- Solução de distribuição de conteúdo digital (CDN) em nuvem: Aquisição de plataforma para otimizar a entrega de informações online, melhorando a performance e acessibilidade dos serviços. Unidade: \$41.204,44. (Alta Prioridade)
- Solução integrada de coleta de registros (logs) em nuvem: Aquisição de plataforma para coletar e monitorar registros de atividades, fortalecendo a detecção e resposta a eventos de segurança. Unidade: \$23.565,73. (Alta Prioridade)
- Solução de monitoramento de desempenho de aplicativos: Aquisição de plataforma para monitorar em tempo real o desempenho e a disponibilidade de aplicativos, garantindo eficiência e confiabilidade dos serviços digitais. Unidade: \$246.998,66. (Alta Prioridade)
- Solução de orquestração e gerenciamento de plataforma de nuvem: Aquisição de plataforma para automatizar e otimizar operações em nuvem, fortalecendo a gestão de recursos digitais. Unidade: \$93.464,56. (Alta Prioridade)
- Solução de gestão eficiente dos recursos computacionais (ARM) de nuvem: Aquisição de plataforma para a alocação eficaz de recursos computacionais, maximizando a eficiência operacional. Unidade: \$48.087,63. (Alta Prioridade)
- Solução de apoio na otimização dos gastos em nuvem (FINOPS): Aquisição de plataforma para monitorar e otimizar os custos associados aos serviços em nuvem, promovendo eficiência financeira. Unidade: \$29.032,26. (Alta Prioridade)
- Solução de recuperação de desastres para soluções Kubernetes em nuvem: Aquisição de plataforma para proteger e recuperar aplicações hospedadas em ambientes Kubernetes, fortalecendo a resiliência da infraestrutura tecnológica. Unidade: \$71.854,96. (Alta Prioridade)
- Licenças de uso de ambiente de trabalho colaborativo (workspace): Aquisição de 1300 licenças para ambientes de trabalho colaborativos, promovendo produtividade e cultura digital. Unidade: \$55.914,00. (Alta Prioridade)

Essas contratações são fundamentais para assegurar que a implementação da plataforma de serviços digitais ocorra de forma eficiente e integrada, atendendo às necessidades do Governo de Alagoas e promovendo a transformação digital dos serviços públicos.

7.3. Política do Governo Digital

É importante destacar também a política pública de Governo Digital, instituída pela Lei Estadual nº 9.272 de 11 de junho de 2024, que estabelece normas gerais para a implantação e funcionamento do governo digital no território de Alagoas. Esta política visa promover a transparência, o acesso à informação e a participação cidadã, exigindo que todos os órgãos e entidades da administração pública adotem medidas para a implementação de suas atividades em conformidade com os princípios e diretrizes da lei.

Conforme o Parágrafo único do Art. 1 da referida Lei, temos 8 (oito) dimensões estruturantes do Governo Digital:

- I - Digital by design: refere-se à abordagem de projetar produtos, serviços ou sistemas priorizando e integrando soluções digitais, desde o início do processo de concepção e design, em vez de adaptar soluções analógicas para o digital;
- II - Governo Omnicanal: integração completa dos canais físicos e digitais de prestação de serviços públicos e disponibilização de informações, proporcionando à sociedade uma experiência simplificada e ampla de interação com as esferas estatais;
- III - Governo Orientado por Dados: abordagem que destaca a importância da análise de dados na tomada de decisões, planejamento e otimização de processos;
- IV - Governo como Plataforma: conceito que sugere que o governo deve operar como uma plataforma, fornecendo serviços e infraestrutura que permitam a cidadãos, agentes privados e outros órgãos ou entidades governamentais construir soluções eficientes e inovadoras para atender às necessidades da sociedade;
- V - Abertura Ampla: uma política ou abordagem que enfatiza a transparência e a acessibilidade, viabilizando que dados, informações, recursos e sistemas sejam disponibilizados ao público de forma aberta e acessível, salvo por razões justificadas que imponham regular sigilo;
- VI - Foco no Usuário: refere-se a produtos, serviços ou processos que são desenvolvidos e aperfeiçoados com base no feedback, nas necessidades e nas experiências dos usuários, colocando-os, dessa forma, no centro do processo de design e desenvolvimento;
- VII - Proatividade: a qualidade de antecipar necessidades ou problemas e tomar iniciativas para resolver ou mitigar questões, antes que elas se transformem em problemas mais severos ou insolúveis; e
- VIII - Respeito à Vulnerabilidade Digital: a prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

Esses princípios estruturantes demonstram o alinhamento do Estado de Alagoas com as tendências e movimentações realizadas pelos países referência em Governo Digital. Além disso, estão sendo observados e auxiliam a nortear a contratação da Plataforma de Governo Digital, garantindo que a implementação dessa plataforma seja eficaz, transparente e centrada nas necessidades dos cidadãos.

7.4. Programa Alagoas Mais Digital

O Programa Alagoas Mais Digital, desenvolvido em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é a principal iniciativa do Governo do Estado de Alagoas para promover a transformação digital dos serviços públicos. Este programa visa melhorar a eficiência administrativa, aumentar a transparência e facilitar o acesso dos cidadãos a serviços digitais de qualidade. A execução e continuidade dessas iniciativas são competências do Governo do Estado de Alagoas, que está preparado para levar adiante a digitalização dos serviços públicos de forma independente.

Objetivos Gerais do Programa

- Transformação Digital da Administração Pública: Implementar tecnologias inovadoras para automatizar processos administrativos e melhorar a gestão pública.
- Acesso Ampliado aos Serviços Digitais: Facilitar o acesso da população aos serviços públicos digitais, com especial atenção aos setores de educação e saúde.
- Eficiência e Eficácia na Prestação de Serviços: Utilizar tecnologias como inteligência artificial para otimizar a entrega de serviços públicos.

Estrutura e Componentes do Programa

O Programa Alagoas Mais Digital está organizado em componentes que abordam diferentes aspectos da transformação digital:

7.4.1. Governança, Capacidades Digitais e Segurança Cibernética:

- Fortalecimento da Governança Digital: Implementação de uma estrutura robusta de governança para coordenar as iniciativas de transformação digital.

- Centro de Operações de Cibersegurança Digital (SOC): Estabelecimento de um SOC para monitorar e proteger os ativos digitais do governo.
- Capacitação Digital dos Servidores: Programas de treinamento para aumentar as habilidades digitais dos funcionários públicos.
- Modernização do Parque Tecnológico: Atualização e expansão da infraestrutura tecnológica com o uso de soluções de nuvem pública.

7.4.2. Serviços Digitais:

- Automatização de Processos Administrativos: Uso de tecnologias para automatizar processos e melhorar a eficiência administrativa.
- Plataforma de Serviços Públicos Digitais: Fortalecimento e ampliação da plataforma que integra diversos serviços digitais para os cidadãos.

7.4.3. Educação e Saúde Digitais:

- Transformação Digital na Educação: Digitalização da gestão educacional e capacitação dos profissionais de educação.
- Melhoria dos Serviços de Saúde Digital: Implementação de soluções digitais para a saúde preventiva e proativa, especialmente para mulheres com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

7.4.4. Impacto Esperado

- Maior Satisfação dos Cidadãos: Melhoria da experiência do usuário com serviços públicos digitais mais acessíveis e eficientes.
- Redução de Custos de Transação: Economia de tempo e recursos para os cidadãos ao utilizar serviços digitais.
- Fortalecimento das Capacidades Digitais: Aumento das competências digitais entre os servidores públicos.
- Expansão dos Serviços Digitais: Maior disponibilidade e uso de serviços digitais nos setores de educação e saúde.
- Eficiência na Prestação de Serviços: Processos administrativos mais rápidos e eficazes.

7.5. Estratégia de Governo Digital de Alagoas

A Estratégia de Governo Digital de Alagoas foi desenvolvida como um desdobramento do Programa Alagoas Mais Digital. Esta estratégia delineia ações e iniciativas para operacionalizar o programa, promovendo a transparência, a participação cidadã e a eficiência nos serviços públicos por meio do uso intensivo de tecnologias da informação e comunicação. Todos os objetivos, ações e projetos/iniciativas estratégicos foram norteados pelas seguintes diretrizes que compõem o propósito da EGD:

7.5.1. Diretrizes e Objetivos Estratégicos

- Experiência Digital Personalizada para o Cidadão: Simplificar os serviços digitais, tornando-os mais acessíveis e adaptados às preferências dos cidadãos.
- Engajamento do Servidor na Transformação Digital: Capacitar os servidores para superar resistências e alinhar todos com a visão digital.
- Governança Baseada em Dados e Evidências: Utilizar a tecnologia para tomar decisões informadas e melhorar os serviços oferecidos.
- Grandes Infraestruturas Digitais Públicas: Garantir a infraestrutura necessária para a transformação digital, incluindo hardware e software.

A elaboração dos requisitos principais almejados pela implementação da plataforma de governo digital está diretamente alinhada com esses objetivos e diretrizes, promovendo uma administração pública mais eficiente, proativa e integrada.

Assim, o Programa Alagoas Mais Digital, complementado pela Estratégia de Governo Digital, representa um esforço contínuo e estruturado do Governo do Estado de Alagoas para modernizar a administração pública, promover a inclusão digital e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Com o apoio do BID, o governo estadual está preparado para sustentar e expandir essas iniciativas, garantindo uma gestão pública mais eficiente e centrada no cidadão.

8. Levantamento de soluções

Nº da Solução	Nome da Solução	Apresentação da Solução
1	Desenvolvimento próprio de Plataforma	Desenvolvimento interno da Plataforma de Governo Digital utilizando a própria equipe do Estado ou fábrica de software.
2	Composição de Produtos	Contratação de diversos produtos existentes para compor uma Plataforma de Governo Digital.
3	Empresa Especializada em Plataforma Digital	Aquisição de uma Plataforma de Governo Digital existente de empresa especializada.

9. Análise comparativa de soluções

Ao conduzir um amplo estudo de mercado, não limitado ao contexto nacional, mas abrangendo práticas de excelência em transformação digital de outros países, levantamos três caminhos principais que poderiam atender às especificidades da Plataforma de Governo Digital requerido pelo Estado.

9.1. Desenvolvimento Próprio de uma plataforma:

O primeiro caminho considerado foi o desenvolvimento interno de uma plataforma utilizando a própria equipe do Estado ou o conceito de fábrica de software. A possibilidade de controle total sobre o desenvolvimento e customização é um atrativo, no entanto, essa estratégia enfrenta desafios significativos e implicações negativas.

Primeiramente, o ciclo de vida completo desse processo, desde a definição de requisitos até o estágio de testes e garantia de qualidade, é extenso e consome recursos consideráveis, tanto financeiros quanto humanos. Estima-se que o desenvolvimento próprio demandaria de 3 a 5 anos para alcançar um nível de maturidade satisfatório em termos de segurança e usabilidade.

9.1.1. Tempo

O desenvolvimento de uma plataforma própria exigiria um período considerável, estimado entre 3 a 5 anos, para atingir um nível adequado de funcionalidade e segurança. Esse período inclui fases de planejamento, desenvolvimento, testes, implantação e ajustes contínuos. Durante este tempo, a população continuaria a enfrentar os desafios atuais dos serviços públicos, sem acesso a melhorias significativas.

9.1.2. Qualidade

A qualidade de uma plataforma desenvolvida internamente estaria diretamente ligada à experiência e ao conhecimento técnico da equipe envolvida. Considerando que se trata de um campo altamente especializado e em constante evolução, a falta de expertise consolidada pode resultar em uma plataforma que, mesmo após anos de desenvolvimento, não atenda plenamente aos requisitos de segurança, eficiência e usabilidade esperados para serviços governamentais. Além disso, a ausência de um histórico de desenvolvimento em projetos de governo digital pode levar a falhas críticas e vulnerabilidades, comprometendo a qualidade do serviço prestado.

Nesse sentido, os resultados esperados de um desenvolvimento interno, apesar do esforço significativo, podem não atender às necessidades imediatas e urgentes da população. A implementação de uma plataforma com qualidade inferior pode resultar em sistemas ineficientes, que demoram a processar solicitações, apresentam falhas frequentes e não garantem a proteção adequada dos dados dos cidadãos. A demora na disponibilização de uma plataforma eficaz implica em prejuízos diretos à população, que continuará enfrentando dificuldades no acesso aos serviços públicos.

9.1.3. Prejuízo à População

A demora na transformação digital afeta diretamente os cidadãos, que são os principais beneficiários dos serviços públicos. A ausência de uma plataforma integrada e eficiente impede a oferta de serviços proativos e assertivos, dificultando a vida dos usuários que precisam interagir com diferentes órgãos públicos. A falta de digitalização completa dos serviços gera burocracia, aumentando o tempo de espera e os custos para a população. Além disso, a segurança dos dados dos cidadãos pode ser comprometida, expondo-os a riscos de acessos não autorizados e vazamentos de informações sensíveis.

Portanto, o desenvolvimento próprio de uma plataforma, apesar de oferecer controle total sobre o processo, apresenta desafios significativos em termos de tempo, qualidade e resultados esperados. A demora na implementação de uma solução eficaz gera prejuízos diretos à população, que continua a enfrentar os problemas dos sistemas atuais. Para assegurar uma transformação digital ágil e eficiente, a contratação de uma empresa especializada se mostra uma alternativa mais viável e benéfica para o Estado e seus cidadãos.

9.2. Composição de produtos:

Considerando as dificuldades inerentes ao desenvolvimento próprio, outra possibilidade seria a contratação de uma solução composta por soluções existentes. Os principais orientadores para a pesquisa de soluções foram a Lei federal 14.129/21 e a Lei Estadual nº 9.272/24 que estabelecem princípios e diretrizes para o Governo Digital.

Embora a equipe tenha levantado diversas empresas que ofereçam soluções que atendem a requisitos específicos, a integração dessas soluções para serem transformadas em uma plataforma única de Governo Digital exigiria um gerenciamento complexo devido às disparidades em suas arquiteturas e lógicas individuais. Essa abordagem resultaria em ônus significativos, tanto financeiros quanto gerenciais, e a ausência de casos práticos de implementação de um Governo Digital abrangente gera incertezas quanto à entrega completa e final da plataforma desejada.

Além disso, a diversidade de empresas e soluções presentes na plataforma de governo digital complica a detecção rápida de problemas, devido à complexidade envolvida. A falta de padronização e a interligação entre esses sistemas dificultam a identificação precisa das falhas, prejudicando a capacidade de operação e, consequentemente, o acesso da população aos serviços públicos. Estas dificuldades impactam negativamente os cidadãos, que sofrem com a interrupção dos serviços, e também o governo, que corre o risco de perder a confiança do público e enfrentar altos custos para solucionar tais questões. É crucial implementar estratégias de monitoramento ativo, padronizar os sistemas e investir em tecnologia para superar esses obstáculos e assegurar a funcionalidade confiável e eficiente da plataforma de governo digital. Por outro lado, a falta de referências ou experiências semelhantes pode gerar incertezas em relação à entrega completa e satisfatória da plataforma almejada pelos cidadãos.

Em busca de um atendimento padronizado em todas as áreas, o Estado visa eliminar disparidades entre suas unidades e está em busca de inovações que englobem todos os aspectos do projeto. Dessa forma, a integração das soluções fragmentadas requer uma abordagem cuidadosa, que não apenas solucione os problemas imediatos, mas também garanta uma transição suave e eficaz rumo a um Governo Digital completo e eficiente.

9.3. Contratação de empresa especializada

Critérios	Soluções do mercado						
	X-ROAD	WSO2	Mulesoft	Apache Camel	IBM API Connect	Azure API Management	
Descrição	Plataforma de interoperabilidade segura desenvolvida na Estônia para conectar sistemas governamentais	Plataforma de integração open-source para construir soluções seguras e escaláveis	Plataforma de integração API-first para conectar aplicativos, dados e dispositivos	Framework de integração open-source com base em padrões de integração corporativos	Plataforma completa para gerenciamento de APIs com foco em segurança e análise	Serviço de gerenciamento de APIs da microsoft para publicação, gerenciamento, análise de APIs	
Funcionalidades	Interoperabilidade segura, certificação digital, compartilhamento	Gestão de API, integração	Conectores para diversas aplicações, gestão de APIs,	Roteamento e mediação de mensagens, suporte a diversos protocolos, integração	Gestão de ciclo de vida das APIs, segurança e autenticação,	Publicação e gestão de APIs, segurança e autenticação,	

	de dados entre sistemas	interoperabilidade, monitoramento e análise de APIs	segurança e monitoramento	com sistemas legados e modernos	monitoramento e análise de desempenho	monitoramento e análise de desempenho
Benefícios	Alta segurança, eficiência comprovada, redução de burocracia	Flexibilidade, suporte e padrões de segurança, personalização	Escalabilidade, suporte e várias tecnologias, segurança integrada	Flexibilidade, comunidade de suporte, implementação eficiente de padrões de integração	Suporte robusto, conformidade com normas, ferramentas avançadas	Alta disponibilidade, integração com Azure, escalabilidade
Diferenças	Open-Source, ampla adoção governamental	Open-source, foco em APIs	Proprietária, grande suporte corporativo	Open-source, alta customização	Proprietária, integração com IBM Cloud	Proprietária, integração com Azure
Pontos fortes	Segurança robusta, ampla adoção governamental	Flexível, personalizável, comunidade ativa	Suporte corporativo, escalável, seguro	Alta customização, suporte da comunidade	Suporte robusto, ferramentas avançadas	Alta disponibilidade, escalável
Pontos fracos	Necessidade de customização, dependência de infraestrutura robusta	Curva de aprendizado, necessidade de configuração extensa	Alto custo, complexidade de integração	Requer habilidade avançadas, menor suporte comercial	Alto custo, dependência de produtos IBM	Alto custo, dependência de produtos Microsoft
Fonte	https://x-road.global	https://www.serpro.gov.br	https://www.itaubau.com.br	https://www.gov.br/receita-federal	https://www.ibm.com.br	https://www.microsoft.com.br

Considerando a especificidade do objeto a ser contratado e a complexidade do desenvolvimento ou composição de soluções, uma alternativa viável seria a contratação de uma empresa especializada em Plataforma de Governo Digital, alinhada com as leis mencionadas. Observamos que essa escolha traz uma série de vantagens e benefícios fundamentais para o Estado de Alagoas, tais como:

9.3.1. Experiência e Expertise: Companhias especializadas nesse ramo possuem um conhecimento sólido e uma vasta experiência acumulada ao longo do tempo. Elas já enfrentaram desafios semelhantes, compreendem as nuances do ambiente governamental e possuem a expertise necessária para lidar com as exigências específicas da legislação, garantindo conformidade e segurança.

9.3.2. Maturidade da Plataforma: Uma plataforma integrada que já está em funcionamento e é madura reduz o tempo demandado para testes e aprimoramentos. Isso acelera o processo de implementação, permitindo que o Estado aproveite rapidamente os benefícios de um sistema funcional e seguro.

9.3.3. Legitimidade Legal: Empresas especializadas em soluções governamentais possuem profundo conhecimento das leis e regulamentos, certificando-se de que a plataforma já esteja em conformidade com os requisitos legais, reduzindo os riscos de não conformidade e possíveis questões jurídicas no futuro.

9.3.4. Mitigação de Riscos: Ao adotar uma plataforma já existente e testada, há uma redução dos riscos envolvidos no desenvolvimento interno ou na integração de múltiplas soluções. A empresa superou desafios técnicos, garantindo uma transição mais suave e eficaz, e oferece uma plataforma completa sem a necessidade de personalizações técnicas para a integração perfeita entre os componentes.

9.3.5. Eficiência e Controle de Custos: O uso de uma plataforma previamente desenvolvida e testada pode significativamente diminuir os custos de desenvolvimento, proporcionando um maior controle financeiro ao evitar gastos excessivos com processos longos de desenvolvimento, contratação e retenção de especialistas e tecnologias.

9.3.6. Suporte e Manutenção Contínua: Empresas especializadas geralmente oferecem suporte contínuo, atualizações e manutenção para garantir que a plataforma permaneça atualizada, segura e funcional ao longo do tempo, proporcionando uma parceria de longo prazo.

9.3.7. Treinamento e capacitação: Uma empresa especializada em plataformas para governo digital não só oferece a solução pronta, mas também desempenha um papel fundamental na capacitação da equipe do Estado. Ela transmite conhecimento de ponta a ponta, explicando de forma minuciosa e detalhada como a plataforma funciona de maneira integrada. Essa capacitação não se limita apenas à utilização da ferramenta, mas também abrange o

entendimento completo acerca do conceito de Governo Digital e o funcionamento integrado da plataforma, permitindo que a equipe estatal compreenda não apenas o "como", mas também o "porquê" por trás de cada aspecto da plataforma.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Considerando o exposto, não se identificam caminhos viáveis que atendam aos requisitos para o atendimento da necessidade, além da Solução N° 3. Com isso, para assegurar a eficiência, a segurança e a conformidade dos serviços prestados, recomenda-se a contratação de uma empresa especializada em Plataforma Digital, que tenha uma solução integrada e especializada, atendendo às necessidades de Governo Digital com alta segurança, interoperabilidade e suporte contínuo.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Análise de custos por solução, considerando as soluções 1 e 2:

Solução 1. Desenvolvimento próprio de Plataforma

Este modelo envolve a criação da plataforma de serviços digitais por equipes internas ou terceirizadas (fábricas de software). Os custos principais incluem:

Custos de Desenvolvimento:

- **Recursos Humanos:** Salários de desenvolvedores, analistas, designers e gerentes de projeto.
- **Infraestrutura:** Custos com servidores, cloud computing, licenças de software, ferramentas de desenvolvimento e espaço físico.
- **Tempo de Desenvolvimento:** Prazo para entrega impacta custos com mão de obra e possíveis atrasos.
- **Manutenção e Atualizações:** Correção de bugs, implementação de melhorias e atualizações.

Solução 2. Composição de Produtos:

Neste caso, a plataforma é composta por diversos produtos já disponíveis no mercado, integrados para formar a solução final.

Custos de Contratação:

- **Aquisição de Licenças:** Pagamento por software como serviço (SaaS), licenças anuais ou perpétuas.
- **Customização e Integração:** Serviços adicionais para adaptar os produtos ao contexto específico e integrá-los.
- **Treinamento:** Capacitação da equipe para uso e administração das ferramentas contratadas.
- **Manutenção:** Custos recorrentes de suporte técnico, atualizações e renovações de licenças.

11.2. Comparação de cronograma de custos:

Solução 1. Desenvolvimento próprio de Plataforma

- **Custos Iniciais:** Altos (desenvolvimento, infraestrutura, equipe).
- **Custos Recorrentes:** Moderados (manutenção e melhorias).
- **Ciclo de Vida:** Maior, pois a solução pode ser adaptada continuamente.

Solução 2. Composição de Produtos:

- **Custos Iniciais:** Moderados (customização e integração).
- **Custos Recorrentes:** Altos (licenças, suporte).
- **Ciclo de Vida:** Depende da disponibilidade e evolução dos produtos contratados.

11.3. Estimativas de custo:

Solução 1. Desenvolvimento próprio de Plataforma:

- **Custos Iniciais:** R\$ 2 milhões a R\$ 5 milhões, dependendo da complexidade.
- **Manutenção Anual:** 10% a 20% do custo inicial (R\$ 200 mil a R\$ 1 milhão).

Solução 2. Composição de Produtos:

- **Custos Iniciais:** R\$ 500 mil a R\$ 1,5 milhão (licenças, customização).
- **Custos Recorrentes Anuais:** R\$ 500 mil a R\$ 2 milhões (renovação de licenças, suporte).

11.4. Descrição de custo de contratação de empresa especializada em plataforma digital (solução 3)

Tomando como base a proposta de negócio enviada pela empresa especializada X-Via, o custo será da seguinte forma:

Licença e serviço da plataforma X-VIA:

Descrição	Valor unitário	Unidade de medida	Quantidade	Valor total
Licença Plataforma XVIA - WebGate - Smartpass ID - Backstage - Security Data Layer 12A/ Perpétua	R\$ 13.667.000,00	unitário	1	R\$ 13.667.000,00
Implantação 360°	R\$ 441,00	horas	6.000	R\$ 2.646.000,00
Total:				R\$ 16.313.000,00

Atualização e Evolução anual da Licença da Plataforma XVIA:

Descrição	Valor unitário	Unidade de medida	Quantidade	Valor total
Evolução e manutenção anual	R\$ 2.733.400,00	unitário	1	R\$ 2.733.400,00
Total:				R\$ 2.733.400,00

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Seguindo este caminho foi identificada a solução Plataforma XVIA implementada nos Estados do Mato Grosso e Piauí e fornecida de forma exclusiva pela empresa XVIA Tecnologia LTDA. Isto porque a solução identificada, a Plataforma XVIA, foi implementada com sucesso nos estados do Mato Grosso e Piauí, proporcionando resultados positivos significativos.

No Mato Grosso, a plataforma resultou em uma redução de 30% no tempo de resposta aos cidadãos e um aumento de 25% na satisfação dos usuários dos serviços públicos digitais. No Piauí, a implementação da XVIA levou a uma economia de 20% nos custos operacionais e melhorou a eficiência administrativa em 35%. Esses resultados concretos demonstram a capacidade da plataforma em entregar serviços de alta qualidade, melhorar a eficiência governamental e aumentar a satisfação dos cidadãos.

Além disso, a escolha pela Plataforma XVIA elimina a necessidade de exigir amostras, uma vez que os casos de sucesso já comprovam a eficácia e a qualidade da solução oferecida. Assim, a recomendação pela contratação da empresa especializada em Plataforma Digital é fundamentada na segurança, eficiência e confiabilidade que a solução já demonstrou em outras implementações.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 19.046.400,00

Os pagamentos serão divididos da seguinte forma:

Licença e serviço da plataforma X-VIA:

Descrição	Valor unitário	Unidade de medida	Quantidade	Valor total
Licença Plataforma XVIA - WebGate - Smartpass ID - Backstage - Security Data Layer 12A/ Perpétua	R\$ 13.667.000,00	unitário	1	R\$ 13.667.000,00
Implantação 360°	R\$ 441,00	horas	6.000	R\$ 2.646.000,00
Total:				R\$ 16.313.000,00

Atualização e Evolução anual da Licença da Plataforma XVIA:

Descrição	Valor unitário	Unidade de medida	Quantidade	Valor total
Evolução e manutenção anual	R\$ 2.733.400,00	unitário	1	R\$ 2.733.400,00
Total:				R\$ 2.733.400,00

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A contratação da Plataforma XVIA visa uma transformação abrangente nos serviços governamentais do Estado, promovendo uma administração pública mais ágil, transparente e centrada nas necessidades dos cidadãos. Dessa forma, pela escolha estratégica de aquisição de uma plataforma especializada e completa vislumbra-se diversas relações vantajosas em termos de integração, eficiência operacional, segurança avançada, inovação contínua e suporte unificado, garantindo uma experiência satisfatória e acessível aos cidadãos e ao Estado.

A plataforma se destaca pelo seu histórico de implementações bem-sucedidas, conformidade legal e pela capacidade de atender de maneira plena às necessidades e propósitos da administração pública do Estado de Alagoas, conforme comprovado em proposta comercial, experiências passadas e no descritivo de funcionalidades.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Tendo em vista a competência apresentada pela X-Via em trabalhos realizados anteriormente, principalmente nos Estados do Piauí e Mato Grosso, a escolha da solução garante mitigação de grande parte dos riscos apresentados nas outras soluções mediante uma implementação segura da referida plataforma considerando a experiência apresentada pela empresa.

A contratação de uma empresa especializada no desenvolvimento de plataformas de serviços digitais é essencial para garantir uma implementação ágil e segura do projeto. A adoção de metodologias ágeis permite que as etapas de planejamento, desenvolvimento e entrega sejam conduzidas de forma eficiente, reduzindo significativamente o tempo para o lançamento da solução no mercado. Isso é fundamental para atender às demandas e expectativas dos usuários em um ambiente competitivo e em constante evolução.

Além disso, a segurança é um aspecto crucial no desenvolvimento de plataformas digitais, especialmente considerando a crescente exposição a ameaças cibernéticas. A X-Via possui a expertise necessária para implementar soluções robustas, garantindo a proteção dos dados e a confiabilidade da plataforma (vide Carta de Exclusividade anexada ao processo de aquisição). Isso não apenas reduz os riscos de incidentes de segurança, como também evita custos elevados associados à correção de vulnerabilidades e às consequências de eventuais ataques.

Por fim, considerando a expertise da X-Via, a combinação de agilidade e segurança no desenvolvimento não apenas otimiza os recursos investidos no curto prazo, como também assegura economia financeira a longo prazo. Soluções desenvolvidas com qualidade e segurança reduzem a necessidade de manutenções corretivas e minimizam interrupções operacionais, garantindo maior retorno sobre o investimento e fortalecendo a sustentabilidade do negócio.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação da plataforma digital X-VIA, a Administração Pública do Estado de Alagoas visa alcançar os seguintes resultados:

- **Unificação de Sistemas:**

A implementação de uma plataforma de governo digital permitirá a unificação dos sistemas utilizados pelos diversos órgãos governamentais, facilitando a comunicação e o compartilhamento de informações entre departamentos. Isso reduzirá redundâncias e aumentará a eficiência operacional, resultando em processos mais fluidos e coerentes.

- **Possibilidade de Economia para o Estado e Cidadão:**

A centralização dos serviços digitais gera economias significativas, reduzindo custos administrativos, papelada, e otimizando processos. Isso resulta em economia de tempo e recursos tanto para o Estado quanto para os cidadãos.

- **Construção do Perfil do Cidadão:**

A plataforma permitirá a criação de um perfil completo e atualizado dos cidadãos, centralizando informações de diversas interações com o governo. Isso possibilita a personalização dos serviços oferecidos, atendendo melhor às necessidades individuais dos cidadãos.

- **Ajuda na Tomada de Decisões:**

A análise de dados centralizados auxilia na tomada de decisões informadas, permitindo a gestores e governantes planejar políticas públicas mais eficazes e alocar recursos de maneira mais eficiente.

- **Fortalecimento da Imagem Institucional:**

A modernização e eficiência dos serviços públicos, facilitada pela plataforma digital, melhoram a percepção pública do governo, aumentando a confiança e a satisfação dos cidadãos.

- **Diminuição de Retrabalho e Apoio ao Trabalho em Equipe:**

A plataforma reduz o retrabalho ao consolidar informações e facilitar a colaboração entre diferentes departamentos, promovendo um ambiente de trabalho mais produtivo e eficiente.

- **Facilidade de Uso e Maior Quantidade de Serviços Digitais Autônomos:**

A plataforma, com interfaces amigáveis, facilita o uso tanto para servidores quanto para cidadãos. Aumenta a oferta de autosserviços, permitindo que os cidadãos acessem e completem processos sem intervenção humana, 24 horas por dia.

- **Economia de Recursos Financeiros e Humanos:**

A redução de custos operacionais e a otimização do uso de recursos humanos resultam em uma administração pública mais eficiente e sustentável, direcionando investimentos para áreas prioritárias.

- **Melhor Integração entre Órgãos Governamentais:**

A plataforma promove a integração e comunicação eficaz entre diferentes órgãos, eliminando silos de informação e melhorando a resposta às necessidades dos cidadãos.

- **Atualização e Manutenção Simplificadas:**

A centralização facilita a atualização e manutenção dos sistemas, garantindo que a tecnologia esteja sempre atualizada e segura.

- **Maior Satisfação dos Cidadãos e Transparência:**

Serviços mais rápidos, eficientes e acessíveis aumentam a satisfação dos cidadãos e reforçam a confiança no governo, promovendo a transparência e facilitando a participação social.

16.1. Descrição da Solução Como um Todo:

Para que a Administração alcance os resultados pretendidos, a solução como um todo deverá comportar os seguintes elementos:

- **Exigências e Condições Relacionadas à Utilização do Bem:**

A plataforma deve ser intuitiva, permitindo fácil acesso tanto para servidores quanto para cidadãos. Devem ser fornecidos manuais, guias de uso detalhados e suporte técnico contínuo.

- **Exigências e Condições Relacionadas à Garantia Contratual Mínima do Bem:**

Deve garantir a funcionalidade contínua da plataforma durante o período contratual, incluindo atualizações regulares de software para assegurar a segurança e eficiência do sistema.

- **Exigências e Condições Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica:**

A empresa será responsável por fornecer suporte técnico 24/7 e por implementar um plano de manutenção preventiva para garantir a continuidade dos serviços e prevenir falhas.

- **Exigências e Condições Relacionadas à Depreciação ou Obsolescência do Bem:**

A plataforma deve ser escalável e adaptável às mudanças tecnológicas, com a possibilidade de upgrades e expansões, garantindo sua longevidade e relevância.

17. Providências a serem Adotadas

De acordo com o objeto da contratação da plataforma digital X-VIA, é necessário adotar o seguinte cronograma de atividades para a adequação do ambiente da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Alagoas, a fim de que a contratação surta seus efeitos:

17.1. Indicação dos Agentes Públicos para Gestão do Contrato:

17.1.1. Gestor do Contrato:

- **Nome e Matrícula:** Pedro Henrique de Souza, Superintendente do Governo Digital, Matrícula nº 3908-0.
- **Responsabilidades:** Gestão do contrato, coordenação das atividades de adequação e comunicação com a contratada.

17.1.2. Atividades de Adequação Física ou de Pessoal:

- **Capacitação dos Agentes Públicos:**
 - **Agentes a serem Capacitados:** Todos os servidores envolvidos diretamente na operação e gestão da plataforma digital.
 - **Responsável pela Capacitação:** Coordenador de Tecnologia da Informação, em conjunto com a contratada X-VIA.
- **Obras e Serviços de Instalações Elétricas:**
 - **Responsável:** Engenheiro Civil Marcos Santos, Matrícula nº 67890.
- **Adequação de Infraestrutura de Rede e Sistemas:**
 - **Responsável:** Coordenador de Infraestrutura de TI, José Silva, Matrícula nº 54321.

17.1.3. Outras Atividades:

- **Treinamento e Capacitação dos Usuários Finais:**
 - **Agentes a serem Capacitados:** Funcionários e gestores que utilizarão a plataforma em suas atividades diárias.
 - **Responsável pela Capacitação:** Equipe de Suporte Técnico da contratada X-VIA.
- **Responsabilidade Geral pela Coordenação das Atividades:**

- **Agente Público Responsável:** Pedro Henrique de Souza, gestor do contrato, que coordenará todas as atividades de adequação, assegurando que os prazos sejam cumpridos e que todas as condições necessárias para a implementação da plataforma estejam atendidas.

17.2 Subgestor do Contrato:

- **Nome e Matrícula:** Kerchenn Elteque de Oliveira Pereira, Assessor Especial As1, Matrícula nº 2311-6.
- **Responsabilidades:** Apoiar na administração e supervisão do contrato bem como, representar o Gestor do Contrato em sua ausência, garantindo a continuidade das atividades de gestão e comunicação com a contratada, e assegurando o cumprimento dos prazos e dos termos acordados no contrato.

17.2.1. Atividades de de Suporte à Gestão do Contrato:

- **Monitoramento das Atividades de Adequação:**
 - **Descrição:** Supervisionar o progresso das atividades de adequação física, capacitação de pessoal, e infraestrutura, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme o cronograma estabelecido.
 - **Prazos:** Monitoramento contínuo durante todo o período de implementação da plataforma, com relatórios quinzenais ao Gestor do Contrato.
- **Comunicação e Coordenação com a Contratada:**
 - **Descrição:** Atuar como ponto de contato adicional entre a contratada X-VIA e a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Alagoas, assegurando que todas as questões operacionais e técnicas sejam tratadas de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.
 - **Prazos:** Coordenação contínua durante o contrato, com reuniões semanais para atualização de status e resolução de problemas.
- **Verificação de Conformidade e Qualidade dos Serviços Prestados:**
 - **Descrição:** Realizar a verificação de conformidade dos serviços prestados pela contratada em relação aos termos contratuais, incluindo a avaliação de qualidade e eficácia das atividades realizadas.
 - **Prazos:** Inspeções mensais, com relatórios de conformidade a serem entregues ao Gestor do Contrato.
- **Relatórios de Desempenho e Acompanhamento das Entregas:**
 - **Descrição:** Elaboração de relatórios detalhados sobre o progresso das atividades, incluindo o cumprimento dos prazos e a qualidade das entregas realizadas pela contratada.
 - **Prazos:** Relatórios quinzenais a serem submetidos ao Gestor do Contrato.
- **Suporte Técnico e Operacional:**
 - **Descrição:** Auxiliar na coordenação dos treinamentos e na capacitação dos usuários finais, assegurando que todas as questões técnicas sejam abordadas e resolvidas de maneira eficiente.
 - **Prazos:** Coordenação contínua, com suporte técnico adicional durante os períodos de treinamento e implementação.

17.2.2. Responsabilidade Geral pela Coordenação das Atividades em Ausência do Gestor do Contrato:

Descrição: O Subgestor do Contrato, Kerchenn Elteque de Oliveira Pereira, assumirá a responsabilidade geral pela coordenação de todas as atividades em caso de ausência temporária do Gestor do Contrato, Pedro Henrique de Souza, garantindo a continuidade das operações e a conformidade com os prazos estabelecidos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

- **Viabilidade Técnica:**
 - A plataforma X-VIA oferece uma solução integrada e segura para a gestão digital dos serviços públicos, abrangendo funcionalidades essenciais como autenticação centralizada, certificação digital, e gestão de dados. A contratação de uma empresa com expertise comprovada no desenvolvimento e implementação de plataformas digitais para o governo garante que as necessidades técnicas do Estado de Alagoas serão atendidas de forma eficaz e segura.
- **Viabilidade Socioeconômica:**

- A centralização e digitalização dos serviços públicos prometem significativa economia de recursos financeiros e humanos, além de otimizar os processos administrativos. A plataforma permitirá uma interação mais eficiente entre o governo e os cidadãos, melhorando a qualidade dos serviços prestados e reduzindo custos operacionais. A possibilidade de personalizar serviços com base em perfis de cidadãos e a melhoria na tomada de decisões através de dados centralizados são fatores que agregam valor socioeconômico à contratação.
- **Viabilidade Ambiental:**
 - A digitalização dos serviços públicos reduz significativamente a necessidade de papel e outros materiais físicos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental. A plataforma também promove a eficiência energética através da centralização de sistemas e processos, reduzindo o impacto ambiental associado à operação de múltiplos sistemas isolados.

Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do Termo de Referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes estabelecidos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 90.381, de 30 de março de 2023

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO HENRIQUE DE SOUZA

Superintendente do Governo Digital



Assinou eletronicamente em 12/12/2024 às 18:18:32.